

RESENHAS BIBLIOGRÁFICAS

CHARTULARIUM UNIVERSITATIS PORTUGALENSIS (1288-1537), Documentos coligidos e publicados por A. Moreira de Sá, Volumes I a VI, Instituto de Alta Cultura; Lisboa, 1966-1974;

AUCTARIUM CHARTULARII UNIVERSITATIS PORTUGALENSIS, Documentos coligidos e publicados por A. Moreira de Sá, Instituto de Alta Cultura; Lisboa, 1973, Volume I (1506-1516); Lisboa, 1975, Volume II (1516-1529).

O aparecimento destas duas obras, que de algum modo se completam em um conjunto unitário, corresponde a um marco histórico de importância decisiva, não só no âmbito da História da Educação, como ainda à luz da Cultura portuguesa.

Elemento imprescindível para o estudo da evolução da vida intelectual dos povos de expressão lusíada, abrangendo o período em que a Universidade portuguesa se constituiu, em 1288, até ao momento que antecede a fase de sua estabilização definitiva em Coimbra, em 1537, pode-se afirmar sem receio — perante os recursos da documentação que o presente *corpus* torna acessíveis — que passou a ser viável a construção histórica, em bases de objectividade científica, sobre os três primeiros séculos de existência da aludida Instituição.

Como bem observou o antigo Reitor da Universidade de Lisboa e actual Presidente da Academia Portuguesa de História, Professor J. Veríssimo Serrão, em judiciosa apreciação, que merece aqui ser transcrita do I.º vol. dos *Arquivos do Centro Cultural Português*, “a partir de agora os investigadores podem alicerçar em bases mais sólidas o problema das origens da nossa Cultura e assentar as linhas de Pensamento que se radicam na nossa Universidade medieval. A publicação destes documentos não representa, pois, um simples acervo de fontes que se oferece ao interesse dos historiadores: constitui uma ferramenta histórica do mais alto nível e sem a qual a história dos dois primeiros séculos da Universidade portuguesa jamais poderia ser erguida.

“Apesar dos elementos que Francisco Leitão Ferreira coligiu no segundo quartel do século XVIII e que formam o recheio do tomo I das suas *Notícias Chronológicas*; apesar da útil contribuição de Teófilo Braga, se bem que em muitos pontos de fraco rigor documental; apesar, ainda, dos trabalhos de valiosa erudição de mestres, como Joaquim de Carvalho

e Mário Brandão — pode afirmar-se, sem falsear a verdade, que a história da Universidade portuguesa, no período de 1288 a 1537, estava por escrever, pelo menos no seu traçado global. A publicação desta obra, nos moldes em que a concebeu o Prof. Doutor Artur Moreira de Sá, representa um trabalho histórico pela bem fundada introdução, pelas notas e referências bibliográficas e pela largueza de orientação com que o seu anotador sugere hipóteses e abre caminhos para uma futura História da Universidade portuguesa.

“No período de 1288 a 1537 o Estudo geral dionisiano mudou cinco vezes de assento, entre Lisboa e Coimbra, numa tendência itinerante que Henri Denifle considera a mais típica das Universidades medievais. Com maior rigor mesmo, as deslocações deram-se ao longo dos primeiros 90 anos da vida da instituição, tendo as naturais conseqüências no êxodo dos escolares portugueses para as Escolas do estrangeiro, no chamamento de Mestres de outros países nas épocas em que o nosso *Studium Generale* caiu em profundo marasmo e nas medidas régias e eclesiásticas para fazer a Universidade prosseguir o seu destino histórico. Ao longo do século XV, em que Lisboa a acolheu com permanência, não deixou a velha Escola de alternar as horas de crescimento com períodos mais ou menos sombrios, mas mantendo uma existência que se foi cada vez mais consolidando, com especial relevo na época do seu protector, o Infante D. Henrique. A verdade é que a marca portuguesa da Universidade surge mais expressiva no período de Quatrocentos — quando os mestres e escolares, ainda *Hispani* na sua mentalidade, começam a sentir a consciência de *Lusitani*, que se afirmaria com o dealbar do Renascimento — o que permite aos seus membros, quando estudam ou lêem nas escolas do estrangeiro, voltarem a radicar-se no *Studium Generale* dionisiano e permitirem a marcha histórica dessa instituição. Daí o papel de relevo das Universidades estrangeiras na formação dos nossos Mestres e escolares”.

Os oito monumentais volumes, já editados, que permitem avaliar do tomo invulgar desta iniciativa, são o fruto da inteligente proficiência, do rigor metodológico e da probidade inexcedível, ao longo dum quarto de século de persistente trabalho, do douto investigador Professor Artur Moreira de Sá, em pesquisas levadas a efeito nos Arquivos do Vaticano, Bolonha, Florença, Pádua e Barcelona e nos Arquivos portugueses da Torre do Tombo, da Universidade de Coimbra, das Câmaras Municipais de Lisboa, Porto e Ponte de Lima, nas Bibliotecas da Ajuda, Nacional de Lisboa, da Assembléia Nacional, etc.

A avaliar pelo plano anunciado e pela celeridade do ritmo da publicação até agora registrado, é de prever que não tardará muito o termo desta obra, esperado antes do findar da corrente década. Com esta conclusão, facultando assim um acervo documental completo de tão raro valor à *intelligenza* cultivada assistir-se-á — podemos desde já augurar — a uma nova fase de estudos, tanto em Universidades de língua portuguesa como fora do seu âmbito, explorando o vasto manancial disponível, nas várias direções possíveis de pesquisa e de exegese, na complexa rede de

suas inter-relações, nos domínios das concepções pedagógicas, teológicas, filosóficas e da história social, política, religiosa, econômica, entre outros mais.

O *Chartularium*, tendo coligidos até agora 2.329 documentos — muitos ainda inéditos, outros já anteriormente publicados mas submetidos a nova leitura paleográfica, em cuidada revisão, todos eles sendo transcritos segundo as mais apuradas e recentes normas para o estabelecimento textual — foi editado com critério rigorosamente uniforme, embora abrangja uma variada gama de textos, de diferentes origens: bulas papais, cartas régias e particulares, assentos de doutoramento e exames privados, súplicas e procurações de mestres e escolares, acórdãos e cartas de empraçamento, instrumentos notariais, etc. A propósito do âmbito dessa investigação, o Prof. Moreira de Sá, que, além de editor e anotador dos textos, é também autor dos estudos que precedem cada volume, julgou oportuno esclarecer, logo na “Introdução” do I.º volume, uma possível dúvida do leitor: “Quando se iniciou a pesquisa documental com vista à organização do *Chartularium Universitatis Portugalensis*, tinha-se em mente reunir e arquivar somente os documentos dados à Universidade ou dela emanados. Posteriormente, resolveu-se alargar a recolha documental e assim constituiu-se um *corpus* com elementos que dizem respeito à Universidade, seus Mestres, alunos e funcionários, igrejas e propriedades a ela pertencentes, etc. Entre esses documentos, há um grupo cuja inclusão necessita de uma palavra explicativa. Referimo-nos aos *rotuli* e às bulas de concessão de benefícios ou prebendas, a bacharéis, licenciados e doutores. Em relação a um grande número de beneficiários foi possível averiguar que frequentaram a Universidade Portuguesa ou que nela exerceram funções docentes. E é de prever que em relação a alguns mais se chegue no futuro a igual conclusão. Incluíram-se também documentos que dizem respeito a estrangeiros, por se ter apurado que exerceram funções docentes em Portugal.”

Quer dizer, para além do interesse indiscutível que representa o conhecimento de quanto respeita a mestres e estudantes da Universidade lusitana, dá-nos este cartulário preciosos informes de geografia cultural, de portugueses que, noutros locais, estudaram ou ensinaram, da rede disponível do ensino na época e do tipo de relações estabelecidas entre as várias escolas européias. Como justamente comentou o douto editor, nas palavras que precedem o 2.º volume, “ficar-se-á com uma noção mais exacta do escol intelectual português e da sua influência na vida política e social do Portugal medievo.”

Encontrando-se, de há muito, publicados os *Cartularios* de, praticamente, todas as Universidades européias, era bem estranhável que faltasse aquele que respeitava a uma das de mais antiga fundação: a lacuna foi já reparada e nos termos mais felizes.

Inspirado nos moldes duma concepção bipartida da famosa e hoje já clássica obra de H. Denifle e A. Chatelain, que continua servindo de padrão para todas as publicações análogas, — o *Chartularium Universitatis Parisiensis* (4 vols., Paris, 1889-1897) e o seu complemento *Auctarium Chartularii Universitatis Parisiensis* (6 vols., Paris, 1894) — também Moreira de Sá se decidiu pela divisão em duas séries, para a edição do vasto espólio documental sobre a Universidade lusitana.

Para optar por tal arrumação não lhe faltariam, decerto, ponderosos motivos, para além do precedente que, depois da edição do *corpus* documental da universidade parisiense, se tornou paradigmático. Na verdade, para o caso português, dava-se a especial circunstância de existirem, em relação à última fase abrangida pela pesquisa documental — recorde-se que o cartulário abarca o período desde a fundação do *Estudo Geral* até 1537 — dos grossos volumes manuscritos de *originais*, praticamente inexplorados, conservados no Arquivo da Universidade Coimbra e que encerram elementos de valor decisivo para o conhecimento da instituição. Conforme os dísticos da lombada, referem eles ser o *Livro I dos Livros da Universidade de Lisboa de 1506 até 1526* (fls. 1 a 421v.) e o *Livro II dos Livros da Universidade de Lisboa de 1526 até 1537* (fls. 1 a 353v.).

Na verdade, pela natureza especial desta última documentação, ela não se podia coerentemente inserir no Cartulário; e, por outro lado, o que neste se publicava — os diplomas fundamentais da instituição, suas cartas, bulas, estatutos, etc., de interesse histórico essencial — não era só por si suficiente para permitir o conhecimento da *vida* concreta, do dia a dia da função escolar, da condição social e econômica de professores e estudantes, facetas que talvez hoje mais suscitem a curiosidade do historiador. Daí a importância de certos dados, como livros de matrícula e de actas narrativas sobre a vida dos colégios ou “nações”, aspectos geográficos e sociais relacionados com mestres e alunos, postos em relevo em recentes trabalhos historiográficos sobre instituições do ensino: lembremos, nesse sentido, duas pesquisas modelares de J. Verger “Le recrutement géographique des universités françaises au début du XV.^e siècle, d’après les suppliques de 1403” in *Mélanges d’Archéologie et d’Histoire* (École française de Rome), 1970, 82, pp. 855-902, e “Le rôle social de L’Université d’Avignon au XV.^e siècle” in *Bibliothèque d’Humanisme et Renaissance. Travaux et Documents*, 1971, 33, p. 489-504.

Ora, através da leitura das actas, dos acordos, assentos e termos dos exames neles copiados, fica-se a conhecer a vida da Universidade de Lisboa, na minuciosa realidade do seu decurso, entre 1506 e 1537, ou seja, num dos períodos de mais intenso brilho da Instituição e correspondendo a uma fase em que a mesma é protagonista da empresa nacional, ainda decorrente, dos Descobrimentos e da Expansão, e também do processo específico do Humanismo renascentista.

O riquíssimo material coligido no *Auctarium* — até agora, 533 + 511 docs., no 1.^o e 2.^o vols., respectivamente — que corresponde à transcrição

total do primeiro tomo, e parte do segundo do manuscrito do *Arquivo* coimbrão, fornece-nos indicações preciosas quanto a diversas questões de natureza pedagógica, econômica, social e de administração escolar, sobre os reitores, os mestres, os conselheiros, os graduados e alunos. Embora tenha desaparecido o “Livro das matrículas”, ficaram-nos no entanto abundantes informes sobre os estudantes e os professores, quem se graduou, a forma como eram cumpridos os Estatutos, as provas que deviam ser prestadas para a obtenção do grau de Doutor, ou a “licença” para alguém exercer a profissão de médico, etc. .

Como bem advertiu o ilustre editor, na “Introdução” ao 2.^o volume, “esta fonte documental vem comprovar o que há muito pensávamos: não se pode conhecer a vida da Universidade Medieval Portuguesa sem a consulta integral da documentação dos dois tomos, manuscritos, existentes no Arquivo da Universidade de Coimbra. E esse conhecimento custosamente se obtém pela leitura do manuscrito, porquanto a letra é difícil, os documentos não estão dispostos cronologicamente e o seu manuseio leva anos a concluir-se”.

Transcende assim em muito a acepção da “petite histoire”, — ainda que a cada passo nos salte à vista o saboroso, o pitoresco, o pormenor sobre a moda, a nota da espiritualidade, do gosto, da mentalidade da época, a vida “olhada” por dentro, como aquela descrição, pela colação do grau, dos manjares da ceia oferecida pelos licenciados aos paraninfos, ou, ainda, o flagrante da esposa do Reitor que não assinava, por não saber ler. . .

Uma nova expectativa de profunda e séria pesquisa histórica se abre agora, perante nossos olhos — como seria a duma análise monográfica sobre o processo da autonomia da Universidade perante o Estado (questão ainda tão viva e candente), com períodos alternados de acalmia e de tensão indescritível, porventura dramáticos; bastará recordar a evolução da atitude régia, de D. Manuel I até D. João III, para com a Instituição de que os dois foram Protectores e, por fim, a conturbada crise, deflagrada no reinado deste último monarca.

Não é fácil afirmar, de antemão, qual o grau de aproveitamento de que é passível uma fonte histórica desta natureza e magnitude: desde múltiplas achegas de carácter cronológico e biográfico documenta-se ali a passagem de um Bernardim Ribeiro como escolar, de um Frei João Claro como mestre, de um Garcia de Orta, de um D. Pedro de Menezes, para apenas referir personagens maiores e sobre que existe abundante bibliografia — até ao enorme feixe de outras facetas, praticamente inexauríveis, como as bolsas concedidas a escolares; os livros emprestados e legados — com uma curiosíssima nota sobre o regime que isentava os livros dos direitos de importação, para fomento da Cultura; o provimento das cadeiras; as ausências dos lentes às aulas, com a recomendação, constante do alvará de 24 de Julho de 1462, ao bedel da Universidade, para registrar todas as faltas daqueles mestres e as descontar nos respectivos vencimentos; privilégios especiais concedidos a alunos e docentes; a proibição aos lentes de advogarem contra a Universidade; revelações pedagógicas, como

o ensino da Gramática Nova; a acção do Infante D. Henrique como Protector do Estudo — dessa figura de escala planetária que fez a Beazley dizer ser ela, não a de um precursor, mas a do verdadeiro *leader* do Renascimento; e, para citar por último, as intervenções do Rei no provimento dos lugares da Universidade e a queixa, por parte desta, pelo facto do monarca nomear ou indicar, para as cadeiras vagas, pessoas “que as nom mereçiam”, o que ocasionava “destruyçom e perdimento da dicta vniversidade”, visto que as aludidas cadeiras eram atribuídas “per fauores e nom per sciencia e merecimentos”, como se reconhece na carta que D. Afonso V dirigiu, em 15 de Abril de 1463, aos “Rectores leentes e conselheiros” e que constitui, no dizer do Professor Moreira de Sá (II.º vol., p. X) “modelo de correcção com que o monarca acatou as reclamações da Universidade”.

Obra destinada a obter ampla projecção internacional, o *Auctarium*, no seu ainda curto período de vida, conta já com a repercussão que, referente ao 1.º vol., lhe deu o notável estudo do Professor Antônio Marongiu, da Universidade de Roma: “L’Université lusitaine entre 1506 et 1516”, em *Bulletin de l’Institut Historique Belge de Rome*, fasc. XLIV (Miscellanea Charles Verlinden), Roma, 1974, pp. 385-403.

Como seria de esperar em edição de tão alto nível científico, ela é valorizada por uma bem organizada Bibliografia, de fontes manuscritas e obras impressas e, ainda, provida de excelentes índices — um cronológico, outro analítico, de pessoas e de matérias, — o que possibilita a rápida e eficaz utilização do seu conteúdo, além de sumários a preceder cada documento, com a menção, no caso deste ter sido publicado anteriormente, das referências bibliográficas respectivas.

Enfim, uma obra modelar, destinada a largo e promissor futuro, como imprescindível instrumento de trabalho que já é, para todos quantos se empenham pelo estudo da História, da Educação e, em particular, pelo da Universidade portuguesa, desde a origem até ao século XVI.

F. GAMA CAEIRO

FRANCO LOMBARDI, *Crise do nosso tempo*, tradução de Renato Alberto T. Di Dio, E.P.U. — EDUSP, 1975, 271 p.

A distância de vinte anos da época em que foi escrita, aparece em língua portuguesa esta que pode ser considerada a obra fundamental do fecundo filósofo italiano, que, num estilo vibrante e em linguagem imaginosa, aborda os problemas vitais da civilização contemporânea.

Como observava Lombardi no prefácio de um de seus primeiros livros — *La Libertà del Volere e dell ‘Individuo* —, não era desde o início, nem passou a ser posteriormente, seu propósito o de se apresentar como um bem intencionado estudioso a colecionar proposições judiciosas ou a colher,

às margens dos jardins filosóficos, esta ou aquela flor de sabedoria. Sempre quis ter Lombardi a consciência áltiva de enfrentar e, perscrutando-a a fundo, criticar e reformular as posições fundamentais que a especulação européia assumiu no curso de seu desenvolvimento bimilenário. Remonta o autor às matrizes do pensamento platônico-aristotélico que, admitindo a existência de um pensamento universal-racional, superior e exterior ao indivíduo, deu aso a que a filosofia desembocasse nas insolúveis antinomias do determinismo e do indeterminismo, do racionalismo-empirismo, do universal-indivíduo, do espiritualismo-materialismo e do ser-devir.

Herdeiro da especulação grega, o pensamento de tipo teológico é aquele concebido de tal forma que surgiria idêntico ao pensamento de um Deus (admitindo-se que Deus possa pensar). Critica Lombardi a velha teoria de um pensamento universal e racional, que estaria *no* indivíduo sem ser *do* indivíduo. Segundo a concepção do pensamento teológico haveria em todos e em cada um de nós um só pensamento — precisamente o pensamento verdadeiro — ao passo que qualquer outro pensamento diverso seria uma simples opinião. A esse pensamento de tipo teológico opõe Lombardi o pensamento humano. Em minha experiência de cada dia, formulo, a todo instante, palavras que podem ser mais ou menos perspicazes: mas isso é possível enquanto confio na liberdade de meu pensamento que se põe, em cada instante, como crise. Cita a expressão de Kierkegaard para quem “não existe o pensamento, mas existem apenas indivíduos, que pensam”. E eu penso, enquanto, cada vez que o faço, prendo, por assim dizer, e, ao mesmo tempo, compreendo todo o campo de minha experiência numa palavra que se põe como o conceito (de *cum capio*) dessa mesma experiência.

O ato pelo qual formulo ou pronuncio a mais simples das palavras é um esforço, ou melhor — no sentido etimológico do termo, que é, a um tempo, sentença e decisão — é uma *crise*, segundo a qual posso pronunciar uma palavra mais ou menos perspicua e profunda ou uma palavra leviana, superficial ou errônea. Até para pronunciar a mais simples das palavras, atuo a liberdade. Uma liberdade, não absoluta, como poderia ser a liberdade de um Deus, mas uma liberdade que ele chama *pesada* porque neia incidem as forças da doença, da velhice, do cansaço, das tentações inconscientes, dos juízos e prejuízos do grupo e da espécie. Liberdade que consiste em soerguer no meu ato — quase como um manto que tenho de, levantando-me, levantar comigo — a inteira condição humana.

Concreção, historicismo, humanismo e criticismo — eis os traços marcantes do pensamento de Lombardi, que, renegando absolutos abstratos, procura, sem contradizer-se, uma justificativa para os valores que orientam de fato a conduta humana.

Repudia o conceito de verdade como adequação do intellecto e da cousa, para em seu lugar instaurar a verdade como criação, originalidade, expressão de centralidade. Não aceita esquemas, quadros e critérios fixos e acabados a que o sujeito deva recorrer para decidir, mas atribui ao sujeito

o direito e a obrigação irrenunciável de em cada caso decidir como estão as cousas.

E em tal decisão desempenha papel central o diálogo, em que o dever de cada um consiste em levar em conta o parecer alheio, a menos que tal parecer seja contrário ao próprio diálogo.

, A projeção de tal pensamento no âmbito político e social e, em particular, no processo educativo é de capital importância. Cabe, pois, aos educadores não só reafirmar essa confiança na tolerância, no respeito mútuo, na cooperação compreensiva e na permanente abertura mental, mas demonstrar *in concreto* tal posição em seu trato com seus alunos, com seus pares e com seus superiores.

O pensamento humano, como atuação de liberdade e como direito-dever de todo indivíduo, só pode inspirar uma educação feita de relativismo, entendido como vivência, atuação, abertura, subjetividade criadora no sentido de inderrogável participação do sujeito no conhecimento e na ação.

RENATO ALBERTO T. DI DIO